

5° SIMULADO

TCDF

PROVA OBJETIVA



Estratégia
Concursos

TCDF
2022

Simulado Especial

5º Simulado TC-DF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TC-DF;
- 2 – A prova contém **150 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TC-DF-25-04-20>

01 – (C) (E)	31 – (C) (E)	61 – (C) (E)	91 – (C) (E)	121 – (C) (E)
02 – (C) (E)	32 – (C) (E)	62 – (C) (E)	92 – (C) (E)	122 – (C) (E)
03 – (C) (E)	33 – (C) (E)	63 – (C) (E)	93 – (C) (E)	123 – (C) (E)
04 – (C) (E)	34 – (C) (E)	64 – (C) (E)	94 – (C) (E)	124 – (C) (E)
05 – (C) (E)	35 – (C) (E)	65 – (C) (E)	95 – (C) (E)	125 – (C) (E)
06 – (C) (E)	36 – (C) (E)	66 – (C) (E)	96 – (C) (E)	126 – (C) (E)
07 – (C) (E)	37 – (C) (E)	67 – (C) (E)	97 – (C) (E)	127 – (C) (E)
08 – (C) (E)	38 – (C) (E)	68 – (C) (E)	98 – (C) (E)	128 – (C) (E)
09 – (C) (E)	39 – (C) (E)	69 – (C) (E)	99 – (C) (E)	129 – (C) (E)
10 – (C) (E)	40 – (C) (E)	70 – (C) (E)	100 – (C) (E)	130 – (C) (E)
11 – (C) (E)	41 – (C) (E)	71 – (C) (E)	101 – (C) (E)	131 – (C) (E)
12 – (C) (E)	42 – (C) (E)	72 – (C) (E)	102 – (C) (E)	132 – (C) (E)
13 – (C) (E)	43 – (C) (E)	73 – (C) (E)	103 – (C) (E)	133 – (C) (E)
14 – (C) (E)	44 – (C) (E)	74 – (C) (E)	104 – (C) (E)	134 – (C) (E)
15 – (C) (E)	45 – (C) (E)	75 – (C) (E)	105 – (C) (E)	135 – (C) (E)
16 – (C) (E)	46 – (C) (E)	76 – (C) (E)	106 – (C) (E)	136 – (C) (E)
17 – (C) (E)	47 – (C) (E)	77 – (C) (E)	107 – (C) (E)	137 – (C) (E)
18 – (C) (E)	48 – (C) (E)	78 – (C) (E)	108 – (C) (E)	138 – (C) (E)
19 – (C) (E)	49 – (C) (E)	79 – (C) (E)	109 – (C) (E)	139 – (C) (E)
20 – (C) (E)	50 – (C) (E)	80 – (C) (E)	110 – (C) (E)	140 – (C) (E)
21 – (C) (E)	51 – (C) (E)	81 – (C) (E)	111 – (C) (E)	141 – (C) (E)
22 – (C) (E)	52 – (C) (E)	82 – (C) (E)	112 – (C) (E)	142 – (C) (E)
23 – (C) (E)	53 – (C) (E)	83 – (C) (E)	113 – (C) (E)	143 – (C) (E)
24 – (C) (E)	54 – (C) (E)	84 – (C) (E)	114 – (C) (E)	144 – (C) (E)
25 – (C) (E)	55 – (C) (E)	85 – (C) (E)	115 – (C) (E)	145 – (C) (E)
26 – (C) (E)	56 – (C) (E)	86 – (C) (E)	116 – (C) (E)	146 – (C) (E)
27 – (C) (E)	57 – (C) (E)	87 – (C) (E)	117 – (C) (E)	147 – (C) (E)
28 – (C) (E)	58 – (C) (E)	88 – (C) (E)	118 – (C) (E)	148 – (C) (E)
29 – (C) (E)	59 – (C) (E)	89 – (C) (E)	119 – (C) (E)	149 – (C) (E)
30 – (C) (E)	60 – (C) (E)	90 – (C) (E)	120 – (C) (E)	150 – (C) (E)

PORTUGUÊS

Felipa Luccas

TEXTO I

Entramos no século XXI em uma era sinistra, em que paixões de um escuro passado estão sendo mobilizadas novamente contra as forças da democracia de um modo diferente de tudo que vimos desde os anos 1930. Presenciamos o suporte crescente para um populismo de direita que vê a democracia liberal como um anacronismo. Os sinais são claros. Ao redor de todo o mundo, indivíduos, grupos e políticos vomitam desordenadas incitações de ódio e intolerância, legitimando e apoiando abertamente o racismo, a homofobia e outras selvagens formas de nacionalismo.

O que tem surgido desse abismo do poder autoritário é uma atualizada versão da política demagógica e a normalização de uma maré de ignorância com naturalização da crueldade. Um resultado direto é o crescente apoio de um populismo de direita, que trata com ódio e desdém tanto os indivíduos privados de necessidades básicas para sua subsistência – incluindo moradia, alimentação e água limpa – como as populações imigrantes deslocadas de sua terra natal por conflitos e expropriações das forças globais do capitalismo.

O populismo de direita ataca o pensamento crítico, mina os atos de coragem cívica, desmantela a ação coletiva genuína dos movimentos sociais, suprime as formas democráticas de oposição e esmaga os oponentes políticos com perseguições e ameaças. Seu caráter demagógico pode ser observado no uso que faz de uma linguagem simplista, que não considera a complexidade da realidade social, evita o diálogo honesto, mente sobre os fatos, distorce a história e desconsidera as multifacetadas lutas e o árduo trabalho de negociação e partilha de poder necessários nos modos de governo democráticos. A linguagem simplificada do populismo e sua noção de anti-intelectualismo são fortalecidas por uma cultura de medo, insegurança e incerteza. Essa retórica acentua um sentimento de frustração, raiva e impotência política que aprisiona os indivíduos em seus próprios sentimentos, tornando-os cada vez mais incapazes de traduzir questões particulares em problemas sociais mais amplos.

<https://diplomatiq.org.br/crescimento-do-populismo-de-direita/>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. O autor elenca as falhas do populismo de direita como forma de suporte ao populismo de esquerda.

02. Por conter marcas subjetivas evidentes, o texto apresenta elementos da tipologia dissertativo-argumentativa.

03. O autor caracteriza o populismo de direita como uma política marcada pela ignorância, pela crueldade e pelo autoritarismo.

04. Os vocábulos “impotência”, “indivíduos” e “próprios” podem ter sua acentuação justificada por mais de uma regra gramatical.

05. As vírgulas do primeiro período do terceiro parágrafo foram empregadas por razões gramaticais distintas.

TEXTO II**Previdência Social: Japão.**

Diferente dos países que já estão prevendo uma data futura em que a população idosa será maior do que a população jovem, o Japão já está nesta situação há algum tempo e agora estão lutando contra o tempo para minimizar os impactos de ter muita gente recebendo aposentadoria e pouca gente contribuindo.

Os estudos estatísticos demonstram que a população vem envelhecendo muito rápido e não tem havido reposição em igual proporção no número de natalidade que contrabalancearia o volume financeiro que deverá ser necessário ao governo para honrar a assistência social de seus cidadãos.

Nesse sentido, o governo tem investido tempo e capital em diversos estudos a fim de desenvolver um modelo que se adeque ao padrão demográfico do país da melhor forma e não cause um esforço maior à população na forma de impostos para financiar o benefício social.

A respeito de aspectos linguísticos e semânticos do texto II, julgue o item a seguir.

06. Infere-se do texto que há países em que a população idosa não superou numericamente a população jovem.

07. O vocábulo “rápido” (2º parágrafo) possui valor adverbial.

08. As locuções “tem havido” (2º parágrafo) e “tem investido” (3º parágrafo) expressam processos que tiveram início no passado e perduram até o momento presente.

09. O termo “reposição” (2º parágrafo) exerce função de complemento verbal na oração em que ocorre.

10. A forma verbal “contrabalancearia” (2º parágrafo) indica, no contexto, uma ação apresentada como não consumada, incerta.

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

Leandro Signore

O rendimento domiciliar por pessoa (per capita) do Brasil foi de R\$1.438,67 por mês em 2019, segundo dados divulgados pelo IBGE. Em 12 estados, a renda domiciliar per capita foi menor que o salário mínimo nacional, de R\$ 998 no ano passado.

O rendimento domiciliar per capita é o resultado da soma da renda recebida por cada morador, dividido pelo total de moradores do domicílio. O cálculo inclui pensionistas, domésticos e seus familiares.

Como nos anos anteriores, o Distrito Federal apresentou o maior rendimento per capita, de R\$ 2.685,76 em 2019.

Disponível em: <https://outline.com/Pyr9Gw> (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima caráter unicamente motivador e considerando os seus conhecimentos sobre a Realidade do Distrito Federal (DF) julgue os itens a seguir.

11. O fato de o Distrito Federal ter a maior renda per capita do Brasil pode ser explicado pela concentração de pessoal ocupado no serviço público, cujos salários são mais elevados que os do setor privado, pelo baixo índice de desemprego e pela desigualdade de renda inferior à média nacional.

12. A maior oferta de emprego em Brasília se dá nos setores terciário e secundário da economia, devido à sua vocação político-administrativa como capital do Brasil com um poder público que se expandiu nas últimas décadas e com um mercado consumidor expressivamente capitalizado.

13. O DF é a unidade da Federação que apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que faz com que as desigualdades econômicas e sociais características da sociedade brasileira pouco se reflitam nos seus habitantes.

LODF

Rosenval Júnior

14. De acordo com a LODF, o Poder Legislativo é exercido pela Câmara Legislativa, composta de Deputados Distritais, representantes do povo, eleitos e investidos na forma da legislação federal. Cada legislatura terá a duração de quatro anos, iniciando-se com a posse dos eleitos.

15. Consoante dispõe a LODF, os Conselheiros do Tribunal serão nomeados entre brasileiros com mais de vinte e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; idoneidade moral e reputação ilibada; notáveis conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca das concessões e permissões de serviços públicos previstas na Lei nº 8.987/1995, julgue os itens a seguir.

16. No âmbito das licitações para concessão de serviços públicos, é possível a combinação dos critérios de julgamento de menor valor da tarifa e maior oferta.

17. A interrupção dos serviços prestados por concessionárias configura descontinuidade, mesmo nos casos de inadimplemento do usuário.

Acerca dos agentes públicos e das disposições constantes na Lei Complementar Distrital nº 840/2011, julgue as assertivas a seguir.

18. Segundo o STF, a concessão da revisão geral anual, por se tratar de direito constitucional, depende de previsão na lei orçamentária anual, dispensando-se a autorização na lei de diretrizes orçamentárias, desde que exista estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o aumento da despesa.

19. É vedada a utilização de denúncias anônimas para fundamentar o início de investigações no âmbito do processo administrativo disciplinar.

20. A comissão processante é sempre permanente e composta por dois servidores, estáveis ou não, designados pela autoridade competente.

21. O defensor dativo será nomeado pela autoridade instauradora quando o servidor não se apresentar à comissão processante no prazo de quinze dias.

A respeito das normas previstas para o Regime Diferenciado de Contratações, julgue as assertivas a seguir.

22. No regime de contratação integrada, é vedada, em qualquer hipótese, a celebração de termos aditivos aos contratos firmados.

23. A indicação de marca ou modelo é autorizada, nos casos devidamente justificados, como seria o caso de necessidade de padronização do objeto.

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

24. Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

25. A sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa compete ao Tribunal de Contas da União.

Sobre a Lei nº 13.303/2016, julgue os itens a seguir.

26. O procedimento definido na Lei nº 13.303/2016 aplica-se aos processos licitatórios para o sistema de registro de preços nas empresas estatais.

27. Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, se for adotado o modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e a hora designadas para que sejam divulgadas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Julgue as próximas afirmações, a respeito do controle de constitucionalidade no Brasil:

28. No controle concentrado abstrato de constitucionalidade, o governador não poderá impugnar ato normativo proveniente de Estado diverso, já que a ausência de pertinência temática e, portanto, de legitimidade *ad causam*, nesse caso, é presumida.

29. A perda superveniente, pelo partido político, de representação parlamentar no Congresso Nacional, não impede sua permanência no polo ativo da ação direta de inconstitucionalidade.

Julgue as assertivas que se seguem, com base no que dispõe a CF/88 e a jurisprudência acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária:

30. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividades econômicas não se sujeitam à ação fiscalizatória do Tribunal de Contas da União.

31. O Tribunal de Contas exerce o controle de constitucionalidade quando deixa de aplicar, no caso concreto, lei ou ato normativo violador da ordem constitucional.

Julgue o que segue, a partir da análise dos dispositivos constitucionais relativos aos direitos e deveres individuais e coletivos:

32. Em se tratando de ação popular, a lesividade ao patrimônio público não constitui fundamento autônomo para sua propositura, sendo necessário que o ato venha acompanhado de efetiva ilegalidade.

33. O sigilo bancário não é oponível aos Tribunais de Contas, sendo possível que o TCDF determine a quebra de sigilo bancário de pessoas físicas e jurídicas.

Considerando-se as disposições constitucionais atinentes ao Poder Legislativo, julgue o que se afirma a seguir:

34. A concessão de indulto é ato político, concedido conforme juízo de conveniência e oportunidade do Congresso Nacional e do Presidente da República, de forma conjunta, mediante lei.

Julgue o que se afirma abaixo, com base no que estabelece a CF/88 e a jurisprudência acerca do Poder Judiciário:

35. A competência originária disciplinar do Conselho Nacional de Justiça não se sujeita ao limite temporal aplicável ao poder revisional de processos disciplinares de membros do Poder Judiciário julgados há menos de um ano.

Julgue a afirmativa a seguir, sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro:

36. Em razão da equiparação do Distrito Federal aos demais Estados da Federação, poderá ser ajuizada no STF ação direta de inconstitucionalidade contra quaisquer atos derivados de sua competência legislativa conferida pela CF/88.

A respeito dos direitos políticos descritos na Constituição Federal, julgue a afirmação abaixo:

37. O requisito da desincompatibilização só é exigido quando o chefe do Poder Executivo deseja concorrer à eleição para o mesmo cargo, porém em ente federativo diverso.

Julgue a afirmação abaixo, com base no que estabelece a Constituição da República acerca das funções essenciais à justiça:

38. Segundo o STF, o Governador poderá nomear o Procurador-Geral do Estado dentre integrantes ou não da carreira da advocacia pública.

Sobre o Processo Legislativo descrito na Constituição Federal de 1988, julgue o que segue:

39. As medidas provisórias, assim como os projetos de lei, não podem sofrer rejeição tácita.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

40. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item a seguir:

Carlos possui nacionalidade italiana e é domiciliado no Brasil. Nesse caso, as regras sobre o começo e o fim da sua personalidade, seu nome, sua capacidade civil e seus direitos de família são aquelas da legislação vigente na Itália.

41. Com relação à prescrição, julgue o item a seguir:

A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados. Do mesmo modo, a interrupção por um dos credores solidários não aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário não envolve os demais e seus herdeiros.

42. De acordo com o Código Civil, no tocante à prova, julgue o item a seguir:

O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público. Todavia, a prova do instrumento particular não pode ser suprida pelas outras de caráter legal.

43. Com relação aos contratos, julgue o item:

A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso, porém deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Ademais, considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.

44. Com relação aos contratos, julgue o item:

Se for aleatório o contrato, por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, terá igualmente direito o alienante a todo o preço, posto que a coisa já não existisse, em parte, ou de todo, no dia do contrato. No entanto, essa alienação poderá ser tida como ineficaz, se provar que o outro contratante não ignorava a consumação do risco, a que no contrato se considerava exposta a coisa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

45. O princípio do devido processo legal, quando aplicado ao processo civil, deverá sê-lo em seu aspecto substancial, ou seja, o juiz deverá observar os princípios na condução do instrumento estatal oferecido aos jurisdicionados para a tutela de seus direitos materiais.

46. O Código de Processo Civil não admite o contraditório diferido ou postecipado, de modo que deve ser assegurado à parte o direito de manifestar-se sempre antes da decisão.

47. O Supremo Tribunal Federal entende que a criação de varas especializadas não ofende o Princípio do Juiz Natural.

48. Em respeito ao Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, todos os pronunciamentos judiciais são recorríveis.

49. A Lei nº 4.717/1965 (Lei da Ação Popular) prevê que a petição inicial deverá estar acompanhada de certidões e informações que poderão ser requeridas às entidades e fornecidas dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Nesses casos, em razão dos bens jurídicos protegidos, a certidão ou informação não poderá ser negada.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 50 a 52:

Jairo, funcionário público lotado em repartição de órgão consular brasileiro na cidade do Cairo-EGITO, dolosamente destruiu livro oficial do qual tinha a posse em razão da função pública.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

50. Assertiva: nesse caso, Jairo será punido de acordo com a lei penal brasileira, ainda que já tenha sido absolvido no estrangeiro pelo mesmo fato.

51. Assertiva: Jairo praticou o crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, que somente é punível na forma dolosa.

52. Assertiva: aplica-se ao caso o princípio da nacionalidade ativa, como forma de determinar a aplicação da lei penal brasileira.

Texto-base para os itens 53 a 54:

José falsificou 06 cédulas de US\$ 10,00 (dez dólares americanos), com o intuito de posteriormente realizar operações cambiais. Para tanto, adquiriu maquinário, papel especial, tinta e outros insumos, tendo efetivado a falsificação. Posteriormente, vendeu a Pedro as 06 cédulas falsificadas, pelo valor de mercado das mesmas, afirmando que se tratava de notas restantes de uma viagem que realizara há pouco tempo, e das quais não mais necessitava. Pedro, sem perceber a falsidade, pagou pelas cédulas. Posteriormente, Pedro descobriu a falsidade, após ser alertado por seu irmão Caio. Para não ficar com o prejuízo, Pedro contratou os serviços de um profissional do sexo e combinou o pagamento em dólares, tendo pago com as notas falsificadas.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

53. Assertiva: José deverá responder pelo crime de moeda falsa, ainda que tenha falsificado cédulas de moeda estrangeira.

54. Assertiva: como o valor total das cédulas, em moeda corrente nacional, não ultrapassa um salário mínimo, é possível a aplicação do princípio da insignificância em favor de José.

ESTATÍSTICA

Guilherme Neves

A tabela seguinte apresenta a distribuição de frequências relativas da variável X, que representa o número diário de aulas gravadas diariamente pelo professor Guilherme Neves.

Número diário de aulas gravadas (X)	Frequência relativa
0	0,3
1	0,1
2	0,2
3	0,1
4	0,3
Total	1,0

55. A amplitude total da amostra é igual ou superior a 4.

56. A variável X é do tipo qualitativo nominal.

57. A moda da variável X é igual a 2.

58. A variância de X é inferior a 2,5.

59. A distribuição da variável X é simétrica em torno da média.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Brunno Lima

Considerando a proposição P: “Se está enfrentando uma situação com grande risco de ser punido, o servidor não é leniente com a fraude nem dela participa”, julgue os itens seguintes relativos à lógica sentencial.

60. A proposição P é equivalente a “Se o servidor é leniente com a fraude ou dela participa, então ele não está enfrentando uma situação com grande risco de ser punido”.

61. De acordo com a proposição P, “O servidor estar enfrentando uma situação com grande risco de ser punido é condição necessária para ele não seja leniente com a fraude nem dela participe”.

62. Se a proposição “O servidor não é leniente com a fraude nem dela participa” for verdadeira, então a proposição P também será verdadeira.

63. A tabela-verdade da proposição P contém menos de 8 linhas.

Considere que, em um órgão de controle, o responsável por determinado setor disponha de 20 analistas de controle externo, sendo 6 analistas em ciências contábeis, 10 analistas em direito e 4 analistas em tecnologia da informação, todos com bom desempenho na tarefa de executar inspeções e auditorias. A partir dessas informações, julgue os dois itens a seguir.

64. Se, para executar determinada inspeção, for necessário convocar, simultaneamente, analistas em direito em 3 locais diferentes, então o responsável pelo setor terá menos de 700 maneiras distintas de compor uma equipe da qual façam parte 3 analistas para essa inspeção, sendo um analista para cada local.

65. Há mais de 300 maneiras distintas de o responsável pelo setor organizar uma equipe composta por 1 analista em ciências contábeis, 1 analista em direito e 1 analista em tecnologia da informação, para determinada inspeção.

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Herbert Almeida

Julgue os itens a seguir acerca do controle da administração pública.

66. O Ministério Público de Contas não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.

67. Expirado o prazo para o recolhimento do débito sem que o responsável se manifeste, o Tribunal, entre outras medidas, poderá autorizar a cobrança judicial da dívida, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal, que acompanhará a atuação das procuradorias no processo de execução do título executivo emitido pela Corte.

68. Os conselheiros do TCDF serão escolhidos pela CLDF e pelo Governador do Distrito Federal, sendo que os nomes indicados por este serão aprovados pela Câmara Legislativa, em votação reservada.

69. É inconstitucional a nomeação, pelo Chefe do Executivo, de membro do Ministério Público especial para preenchimento de cargo vago de conselheiro de Tribunal de Contas local quando se tratar de vaga reservada à escolha do parlamento, devendo-se observar a regra constitucional de divisão proporcional das indicações entre os Poderes Legislativo e Executivo.

70. No modelo brasileiro, os tribunais de contas são instituições autônomas, mas são despidos de independência administrativa.

71. **Situação hipotética:** Jorge é um particular, sem qualquer vínculo com a administração pública. Enquanto dirigia o seu carro, ele recebeu uma mensagem urgente de sua esposa e, ao realizar a leitura, perdeu o controle do veículo e colidiu com um carro do Governo do Distrito Federal, causando uma série de avarias. **Assertiva:** ainda que tenha causado dano ao erário, Jorge não se submeterá à jurisdição do TCDF, uma vez que não possui qualquer vínculo com a administração, não se encontra no rol de pessoas com o dever de prestar contas e não agiu em conluio ou coautoria com agente público.

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCDF, julgue os itens a seguir.

72. Caso ocorra a vacância do cargo de Presidente do TCDF, caberá ao Vice-Presidente sucedê-lo quando a vacância ocorrer dentro dos sessenta dias anteriores ao término do mandato.

73. Verificada a ilegalidade de ato, o Tribunal assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, cabendo, no caso de contratos, somente comunicar o fato imediatamente à Câmara Legislativa do Distrito Federal, que disporá de poderes para determinar a correção da ilegalidade nesse tipo de relação.

74. A decisão definitiva em processo de tomada ou prestação de contas não constituirá fato impeditivo da aplicação de multa ou imputação de débito em outros processos, salvo se a matéria já tiver sido examinada de forma expressa e conclusiva.

75. Caso as contas do responsável sejam julgadas irregulares, caberá a interposição de pedido de reexame, com efeito suspensivo, dentro do prazo de trinta dias.

76. Segundo o STF, os conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal são regidos pela Lei Orgânica da Magistratura, com aplicação subsidiária, a juízo do seu Plenário, das normas legais compatíveis, do Regime Jurídico Único, vigorantes para os servidores desse órgão.

77. Sendo a primeira vaga de conselheiro do TCDF preenchida por escolha da CLDF, então a oitava vaga também será de indicação desse órgão legislativo.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

78. O dispositivo do Código de Ética para a prática profissional da auditoria interna, que recomenda que os auditores internos não devem conscientemente tomar parte de qualquer atividade ilegal ou se envolver em atos impróprios para a profissão de auditoria interna ou para a organização, está em consonância com o princípio da integridade.

79. Segundo o IIA (Institute of Internal Auditors), quem descreve a natureza da auditoria interna e fornece os critérios de qualidade contra os quais o desempenho desses serviços possa ser avaliado são as normas de desempenho.

80. A observação direta é uma técnica de coleta de dados ou informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Entre as formas mais utilizadas de observação direta está a observação não-identificada. Nessa forma de observação, o pesquisador observa os fatos que ocorrem no ambiente e procura registrar as ocorrências que interessam ao seu trabalho, evitando o mínimo de alterações no ambiente.

81. Na seleção da área temática e do objetivo a ser avaliado na auditoria operacional, deve-se considerar sua contribuição para a melhoria do funcionamento da Administração Pública. Entre os critérios técnicos a serem considerados estão a relevância (a importância relativa ou a representatividade dos recursos envolvidos) e a materialidade (áreas consideradas estratégicas ou prioritárias nos instrumentos de planejamento governamental).

82. Em relação às técnicas e aos procedimentos de auditoria governamental, avalie o item subsequente. A entrevista confirma, por parte de fontes externas à unidade auditada, as informações obtidas junto ao auditado, por meio de declaração escrita ou de uma ou mais cópias de documentos.

83. O exame documental é a análise de documentos relacionados ao objeto da auditoria em busca de dados ou informações que poderão servir de subsídio ao planejamento da auditoria ou como evidências dos achados. Nesse contexto, as duas verificações que devem ser realizadas, obrigatoriamente, são a autenticidade e bases e metodologia de elaboração.

84. A matriz de planejamento é o papel de trabalho em que são registrados os passos e procedimentos a serem realizados na fase de planejamento para que o objetivo da auditoria seja alcançado. Dentre suas finalidades, destacam-se: ampliar a possibilidade de alcançar bons resultados com o trabalho e dar foco ao trabalho de fiscalização.

85. A fase de execução da auditoria governamental é marcada como o principal momento em que são obtidos os achados de auditoria, em consequência da aplicação dos procedimentos de auditoria, da utilização das técnicas e da análise da documentação comprobatória dos atos de gestão. O achado de auditoria deve atender, necessariamente, a alguns requisitos básicos, quais sejam: critério, condição, causa e efeito.

86. O relatório é o principal produto de uma auditoria, sendo o meio pelo qual a equipe de auditoria expressa sua opinião e emite seus comentários e suas sugestões. O requisito de qualidade convicção permite que o relatório seja de fácil leitura e compreensão para o usuário destinatário.

87. As informações coletadas e usadas para dar suporte aos achados de auditoria de desempenho operacional ou de avaliação de programa são consideradas evidências e podem assumir as diferentes formas. Nesse sentido, a evidência especial é aquela a partir de apuração de fraudes em entidades da mesma natureza, com foco nos testes substantivos para mapeamento do sistema de controle interno.

88. A estrutura integrada de controle interno e gerenciamento de risco proposta pelo Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) está baseada em quatro categorias de objetivos. A categoria de objetivos operacionais está relacionada às metas gerais da entidade.

89. A Declaração de Lima é um documento emitido pela INTOSAI, que tem por finalidade dar um direcionamento técnico para todas as Entidades de Fiscalização Superior, a fim de que os procedimentos utilizados na execução de auditorias respeitem uma homogeneidade em nível internacional.

AFO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

90. No orçamento-programa, há uma maior ênfase nos resultados alcançados pelo órgão público por meio do orçamento. Entre suas principais características, o elo entre planejamento e orçamento é reforçado pela classificação institucional.

91. O princípio da exclusividade expressa que não se pode incluir dispositivo estranho à Lei Orçamentária Anual. Todavia, o referido princípio apresenta exceção quando a Constituição Federal autoriza abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito na própria LOA.

92. Sobre o processo orçamentário, julgue o item:

O PPA é regionalizado e tem como principal finalidade tratar das diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. A LDO tem suas atribuições previstas na Constituição, compreendendo as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

93. Sobre a LRF, julgue o item que se segue:

O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado caso esteja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como atender ao disposto na LDO. Além disso, se a concessão ou ampliação não foi considerada na LOA, para fins de verificação de compatibilidade com resultados fiscais, deverá estar acompanhada de medidas de compensação.

94. De acordo com a Constituição Federal, deverá integrar a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

95. O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos PPA, LDO, LOA e crédito adicionais enquanto não iniciada o exame, na CMO, da parte cuja alteração é proposta.

96. A Lei 4320/64 traz entre as fontes para abertura de créditos adicionais, o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior, que é calculado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais do adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. Além disso, também é fonte na referida lei para abertura de crédito adicional a reserva de Contingência.

97. Segundo a LRF, julgue o item que se segue:

A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no sistema de pagamento de precatórios da Constituição.

98. No tocante aos créditos adicionais, julgue o item que se segue:

Durante o estado de calamidade pública, para abertura de um crédito extraordinário, o poder executivo deverá indicar a fonte de recurso necessária, bem como justificar tal despesa emergencial, que passará por aprovação do Poder Legislativo.

99. Segundo a LRF, julgue o item.

Para efeitos da LRF, considera-se empresa estatal dependente a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal. Tal empresa também pode receber recursos para despesas de capital, o que não deverá ser provenientes de aumento de participação acionária.

100. Sobre transferências voluntárias, julgue o item que se segue:

Para efeito da LRF, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos somente de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

101. Sobre destinação de recursos, julgue o item:

A destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, mediante contragarantia, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardoso

102. Considerando que o campo de abrangência de uma ciência é delimitado pelo seu objeto, conclui-se que atributos quantitativos e qualitativos do patrimônio delimitam a contabilidade.

Julgue o item subsequente, a respeito do livro diário, do livro razão e do balancete de verificação.

103. Para a elaboração do balancete de verificação da Cia Coruja S/A, o contador Julio Cardozo necessita do livro diário, de onde são extraídos os saldos finais das contas, e o livro razão, no qual estão demonstradas as movimentações contábeis.

Com base no disposto na Lei n.º 6.404/1976, julgue o item a seguir, relativos aos critérios de avaliação contábil.

104. O valor justo é o critério contábil a ser aplicado para aplicações em instrumentos financeiros, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, desde que representem aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

A Cia Glorioso Botafogo S/A possui R\$ 100.000 aplicados no banco Xing Ling Bank, o qual declarou no dia 30.12.x0 que está em processo de liquidação. Considerando essas informações, julgue o item a seguir.

105. O valor depositado no banco Xing Ling Bank representa uma disponibilidade para a Cia Glorioso Botafogo, mas a escrituração contábil deve evidenciar a respectiva estimativa de perda, caso exista.

A Cia Strategy Black S/A ocupa um prédio alugado de terceiros para realizar suas atividades operacionais, na última renovação do contrato de aluguel, ocorrida em 30 de setembro de 20x0, negociou as seguintes condições com o locador: prazo de aluguel: 24 meses; aluguel mensal de R\$ 4.000,00; e desconto, no caso de pagamento adiantado dos aluguéis, de 15%. No mesmo dia, 30 de setembro de 20x0, a empresa locatária pagou R\$ 81.600,00, beneficiando-se do desconto acertado.

Diante da situação apresentada, julgue os itens a seguir.

106. O pagamento do aluguel antecipado, efetuado pela Cia Strategy Black S/A, representa um fato contábil misto aumentativo, visto que a empresa obteve um desconto condicional.

107. O valor da despesa total com aluguel no período é inferior a R\$ 11.0000.

108. A Cia Deus Dará S/A possui um empréstimo com prazo original de pagamento para cinco anos, cuja liquidação é prevista para seis meses após a data do balanço. Nesse caso, essa obrigação deve ser classificada no passivo não circulante.

109. O patrimônio líquido de determinada sociedade empresária Sou Coruja S/A é constituído conforme tabela a seguir.

Capital Social	R\$800.000,00
Reserva Legal	R\$159.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial (credor)	R\$100.000,00

Nesse caso, se a sociedade obtiver lucro líquido no valor de R\$ 80.000,00, ela deverá contabilizar o valor de R\$ 4.000,00 como reserva legal.

A Cia Guilherme Neves Tretas S/A apresentou as seguintes informações extraídas do Departamento de Contabilidade:

Resultado do Exercício antes das Participações Societárias	R\$ 400.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 50.000,00
Distribuição das Participações Societárias, conforme previsto no Estatuto Social da empresa:	
Participações das Debêntures	10%
Participações dos Empregados	10%
Participações dos Administradores	10%
Participações das Partes Beneficiárias	10%
Participações dos Fundos de Assistência	10%

110. Com base nessas informações, nos termos da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações, as Participações dos Fundos de Assistência apresentarão um valor inferior a R\$ 23.000.

Com referência às demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

111. Ao elaborarmos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), dentro do grupo Insumos adquiridos de terceiros, ao considerarmos o Custo das Mercadorias Vendidas, também temos que adicionar os gastos com pessoal próprio e tributos recuperáveis.

112. Caderneta de poupança, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) prefixados e Títulos públicos de alta liquidez não podem ser classificados como equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Com base no disposto na Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações e na Norma Brasileira de Contabilidade – CPC 00 (R2), julgue os itens subsecutivos.

113. Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade de informações.

114. O Governo Federal aprovou uma lei obrigando as empresas a efetuarem treinamento sobre o novo coronavírus para todos os seus funcionários. A determinação entra em vigor a partir de 01.01.2021. Caso não efetue esse treinamento, a empresa será multada em R\$ 1.000 por empregado. A Cia Tô Nem Aí não efetuou treinamento para seus empregados, assim sendo, ao elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício do ano de 2020, deverá registrar uma despesa com provisões e o respectivo passivo.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Luciano Rosa

115. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido é um indicador cujo cálculo relaciona itens da demonstração do resultado do exercício com itens do balanço patrimonial.

116. A tabela a seguir mostra, em reais, os saldos em contas e grupos de contas do balanço patrimonial de uma empresa encerrado em 31/12/2017.

ativo circulante	600.000
ativo realizável a longo prazo	800.000
ativo não circulante	3.600.000
passivo circulante	500.000
passivo exigível a longo prazo	900.000
patrimônio líquido	2.800.000
disponibilidades	50.000
estoques de difícil realização em dinheiro	100.000
duplicatas a receber	150.000
despesas antecipadas (realizáveis até 31/12/2018)	100.000

Nesse caso, o índice de liquidez de liquidez seca dessa empresa é de 0,8.

117. A empresa Corujinha possui os seguintes indicadores:

Margem operacional de lucro: 30%;

Rentabilidade dos investimentos: 60%;

Rotação do ativo: 2 vezes.

Nesse caso, se a rotação do ativo da empresa cair para 1,5 vez, então a margem de lucro para manter constante a rentabilidade dos investimentos será igual a 50%

118. Em uma empresa que está analisando, o Contador Julinho encontrou R\$ 200.000 em passivos circulantes e uma composição de exigibilidades de 80%, e constatou que a relação entre as fontes de recursos é igual a 1,0. Nesse caso, o montante de recursos próprios, em reais, é de R\$ 160.000.

119. O índice de desempenho financeiro EBITDA, utilizado na análise financeira de empresas, representa a quantidade de geração operacional em caixa de uma empresa, ou seja, o quanto de lucro ou prejuízo é gerado apenas em suas atividades operacionais, sem considerar os efeitos financeiros e os efeitos de pagamento de tributos.

120. A empresa Write Owl tem um Ativo Circulante de R\$ 7.200.000 (representado por aplicações financeiras, duplicatas a receber e dinheiro em espécie) e Passivo Circulante de R\$ 2.800.000 (representado por obrigações com terceiros de curto prazo), em 30 de dezembro de 2019.

Se no dia 31 de dezembro de 2019, fizer apenas uma aquisição de mercadorias, a prazo, no valor de R\$ 1.600.000, seu índice de Liquidez Seca será de 1,63.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

Acerca das disposições previstas pela NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir:

121. O desempenho das entidades do setor público pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa

122. Considerando que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve observar as convenções e princípios da Ciência Contábil, a natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público não podem influenciar nos requisitos de reconhecimento e mensuração, os quais seguem a lógica aplicada aos demais ativos e passivos do setor privado.

Acerca dos procedimentos contábeis orçamentários, julgue os itens a seguir.

123. A execução de despesas referentes a obrigações decorrentes de lei, em que o direito do credor somente foi reconhecido após o encerramento do exercício, poderá ser atendida à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

124. A classificação por natureza de receita é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, julgue os itens a seguir:

125. Uma incorporação de bens proveniente de uma doação recebida configura uma transação sem contraprestação, uma variação patrimonial aumentativa independente da execução orçamentária.

126. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

127. Os estoques adquiridos por meio de transação com contraprestação devem ser mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição.

Sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue o item a seguir:

128. Quando o setor público efetua uma contratação de operação de crédito há lançamentos contábeis no âmbito das três naturezas de informação: orçamentária, patrimonial e controle.

Julgue os itens a seguir acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público:

129. A partir da análise do balanço orçamentário pode-se realizar a verificação do cumprimento da regra de ouro, segundo a qual as operações de crédito devem ser menor ou igual ao somatório de todas as despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

130. No balanço financeiro, os empréstimos obtidos mediante operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias (ARO) devem ser considerados como transferências financeiras recebidas independentes da execução orçamentária.

131. A NBC TSP 11 apresenta três possibilidades de apresentação dos ativos e passivos: segregação em circulantes e não circulantes; apresentação baseada na liquidez e apresentação em base mista.

132. As circunstâncias que poderão ser apresentadas em notas explicativas envolve apenas valores considerados relevantes no contexto da entidade do setor público.

ECONOMIA

Celso Natele

133. A teoria keynesiana considera que os preços são rígidos, indicando que em uma situação de recessão as empresas são resistentes em reduzir suas margens de lucro ao mesmo tempo em que os sindicatos de trabalhadores se organizam para evitar reduções nominais nos salários.

134. A elevação da propensão marginal a poupar proporciona uma variação negativa no tamanho do multiplicador keynesiano.

135. Em uma situação inflacionária, uma política fiscal expansionista baseada no aumento do gasto do governo tem um efeito menor sobre a demanda agregada do que aquele que seria produzido por uma política fiscal expansionista baseada na redução de impostos sobre a renda.

136. Considere uma economia com consumo $C = 18 + 0,5 Y_d$, em que Y_d seja a renda disponível, o investimento seja igual a R\$ 12, os gastos autônomos do governo sejam de R\$ 8 e os tributos cobrados, iguais a R\$ 5. Se ocorrer, nessa economia, um aumento de R\$ 10 nos gastos do governo, o efeito do multiplicador keynesiano será um aumento, na renda de equilíbrio, igual a R\$20.

137. Considere, em uma economia, as seguintes funções: $C = 500 + 0,7Y_d$; $I = 20 + 0,1Y$; $G = 1.000$; $X = 150$; $M = 100 + 0,06Y$; $T = 60 + 0,2Y$, em que C representa o consumo das famílias; Y_d , a renda disponível; I , o investimento; Y , o produto; G , os gastos do governo; T , a tributação; X , a exportação de bens e serviços não fatores; e M , a importação de bens e serviços não fatores. A partir dessas informações, julgue o item subsequente considerando que os valores das funções são expressos em unidades monetárias (u.m.).

Nessa situação, em um modelo keynesiano simples, a renda de equilíbrio será inferior a 5.000 u.m.

138. O Programa Mais Médicos é uma iniciativa do governo federal que visa ao fortalecimento da atenção básica do país; assim, sua execução possibilita ao governo cumprir a função econômica alocativa.

139. A função estabilizadora do governo protege a economia de flutuações bruscas nos níveis de emprego e de inflação, valendo-se das políticas fiscal, monetária e cambial.

140. Bens meritórios, como, por exemplo, a educação e a saúde, podem ser providos pelo setor privado, uma vez que são exclusivos, embora o Estado também produza esses bens diante das externalidades positivas a eles relacionadas.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Guilherme Neves

141. Guilherme atrasou em 15 dias a fatura do seu cartão de crédito no valor de R\$ 20.000,00, cuja taxa de juros de mora é de 21% ao mês no regime de juros simples.

Acerca dessa situação hipotética, e considerando o mês comercial de 30 dias, julgue o item subsequente.

No regime de juros compostos, o valor dos juros de mora na situação apresentada será R\$ 100 menor que no regime de juros simples.

142. Considerando que 0,7, 0,05 e 1,8 sejam os valores aproximados, respectivamente, de $\ln 2$, $\ln 1,05$ e $1,05^{12}$, julgue o item a seguir.

Se, no regime de juros compostos, a taxa de juros efetiva for de 5% ao mês, será necessário um período superior a 15 meses para que o valor de um capital inicial dobre.

143. A taxa de juros compostos de 10% ao ano é equivalente à taxa de juros compostos de 5% ao semestre.

144. Herbert Almeida deseja adquirir um imóvel e, para tanto, pretende financiar o bem em 10 anos, em prestações mensais e taxa de juros nominal anual de 12% com capitalização mensal.

A partir dessas informações, julgue o item a seguir.

Se o valor financiado for de R\$ 240.000, então, pelo sistema de amortização constante, a segunda prestação será inferior a R\$ 4.300.

145. Um banco emprestou R\$ 10.000,00 à taxa de juros mensais de 1%, devendo ser pago pelo sistema de amortização constante (SAC), em 10 parcelas mensais e consecutivas, com a primeira prestação vencendo um mês após a tomada do empréstimo (sem carência). Nessa situação,

O valor da primeira prestação será superior a R\$ 1.150,00.

FINANÇAS CORPORATIVAS

Paulo Portinho

146. No modelo CAPM o beta representa o quanto de risco sistemático o ativo carrega. O retorno do ativo livre de risco, no Brasil poderia ser representado pelo retorno da taxa SELIC ou do CDI. O retorno do mercado poderia ser representado pelo índice BOVESPA.

147. Considerando que o risco sistemático de uma ação seja igual a 0 (zero), podemos considerar que ele tem o mesmo risco e o mesmo retorno da carteira de mercado?

148. Um ativo X tem retorno esperado de 12% ao ano. O ativo livre de risco tem retorno esperado de 4% ao ano e o retorno do principal índice de ações daquele mercado é de 10%. Podemos afirmar que ativo X tem o mesmo risco e o mesmo retorno do principal índice de ações do mercado em questão.

149. Suponha que houve uma euforia nos mercados e o risco sistemático de determinada ação subiu, a expectativa de retorno do mercado subiu, e os governos derrubaram as taxas de juros. Haverá, certamente, um aumento no retorno exigido por essa ação do enunciado.

150. Em relação aos indicadores utilizados para análise econômico-financeira de uma empresa, julgue o item seguinte.

A depreciação e a amortização de investimentos representam uma despesa ou custo que não impõe saída de caixa. Ambos retornam ao fluxo de caixa ajustado do projeto para cálculo do VPL.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TC-DF-25-04-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE